

CONHECIMENTOS GERAIS

O texto a seguir serve para as questões 01 a 05. Leia-os atentamente.

Por que obras públicas atrasam tanto?

Incompetência, corrupção, burocracia? Em todas as esferas de governo - União, Estado e municípios - obras se arrastam prejudicando a população e trazendo prejuízos econômicos graves à sociedade

Publicado em 04/11/2017 às 18h40
Atualizado em 05/11/2017 às 07h03

A LEGISLAÇÃO É ULTRAPASSADA

Enio Bergoli é diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-ES)

Os atrasos na condução de obras públicas no Brasil são decorrentes de uma conjugação de muitos fatores. Em síntese, dificultam a execução dos investimentos públicos: marco regulatório das contratações públicas e suas implicações, planejamento das obras, desapropriações, interferências decorrentes da ocupação desordenada do solo, mecanismos de controle público, gestão e qualificação de instituições públicas e privadas e licenciamentos, dentre outros.

A legislação para contratações públicas é ultrapassada, incorre em excesso de burocracia e contribui para dilatar prazos.

A lógica atual, onde a administração define todos os aspectos de execução da obra, engessa o escopo dos serviços, afasta novas soluções técnicas, dificulta as alterações cotidianas na dinâmica de uma obra de engenharia e colabora para eventuais atrasos.

Uma nova legislação deve ter foco no desempenho da contratada, concedendo maior liberdade para a busca de soluções técnicas e menor interferência estatal. Em decorrência, o privado deve assumir maior responsabilidade na condução dos empreendimentos.

O fracasso das contratações, a morosidade e a paralisação de obras públicas também são decorrentes de deficiências no planejamento, no projeto. O projeto de engenharia é item essencial, complexo e determinante para o sucesso de uma obra. As consequências de projetos frágeis passam por retardamento na execução, aditivos e até rescisão contratual da obra.

Países do Primeiro Mundo valorizam mais a fase de planejamento. Por exemplo, a obra do Canal da Mancha, que liga a França e a Inglaterra, levou sete anos para ficar pronta. O projeto levou mais de dez. Precisamos romper com a cultura do curto prazo.

O processo de desapropriação de áreas e benfeitorias é lento. Embora as obras públicas sejam de interesse social, há demora na tramitação dos processos judiciais para que os governos possam ter a posse e iniciar o investimento.

Também é comum nas cidades brasileiras a ocupação do solo de forma desordenada e sem planejamento para a habitação e infraestrutura decorrente desse processo, como redes de água, esgoto, energia e de dados. Em decorrência, as obras de engenharia estão sujeitas a essas diversas interferências.

Para romper com a cultura do atraso nas obras, motivada por muitos fatores, há a necessidade de muitas frentes de trabalho para que ocorram mudanças no público e no privado.

Não é o caso de reduzir o controle e a fiscalização, mas de agilizar os processos. Melhorar a legislação, valorizar o planejamento, contratar de forma realista e controlar com um olhar de empreender fariam um Brasil melhor.

1. Para tratar sobre a demora em se concluir obras públicas, inicialmente, o autor do texto 01 evidencia que o fator prioritário dessa demora é

- a) a inércia dos órgãos de controle;
- b) uma falha no planejamento dos projetos;
- c) a corrupção dos agentes públicos e executores;
- d) uma legislação defasada e arcaica;
- e) a morosidade das decisões de intervenções nos projetos executados.

2. O autor do texto 01 aponta um procedimento comumente visto em nosso país como um dos responsáveis pelo ritmo moroso das obras públicas brasileiras. Segundo o autor,

- a) no Brasil, a fase de planejamento é sempre vilipendiada;
- b) no nosso país, a fase de execução dos projetos comumente possui riscos;
- c) no contexto nacional, o projeto de engenharia não tem sua relevância, por vezes apresenta-se frágil e mal elaborado;
- d) no Brasil, o planejamento e a execução de uma obra pública são morosos e corrompidos;
- e) nacionalmente, há duas culturas que interferem no bom andamento das obras públicas: a cultura do atraso e a da corrupção.

3. Tendo por base as regras de acentuação das palavras constantes na atual Gramática oficial brasileira

- a) as palavras *pública*, *interferências* e *regulatórias* são acentuadas por se tratarem de paroxítonas terminadas em a seguidas ou não de s;
- b) os vocábulos *técnicas*, *lógica* e *síntese* são acentuados por se tratarem de proparoxítonas;
- c) o vocábulo *forma* em “contratar de forma realista”, está corretamente grafado pois, no sentido em uso, não possui mais o acento diferencial;
- d) a palavra *consequência* pode tanto ser grafada sem o trema, como com tal sinalização, estando também correta a grafia *consequência*;
- e) as palavras *até*, *é* e *há* são acentuadas pois tratam-se de monossílabos átonos terminados em vogais.

4. De acordo com o Novo Acordo Ortográfico, a palavra *infraestrutura* deve ser grafada corretamente sem o hífen que outrora separava a palavra. A regra que hoje orienta a sua ortografia também justifica a correta grafia de

- a) girassol.
- b) autosserviço.
- c) micro-ondas.
- d) autoescola.
- e) interestadual.

5. No trecho “engessa o escopo dos serviços”, a palavra em destaque pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por

- a) corpo
- b) esboço
- c) alicerce
- d) início
- e) fito

Leia a tira para responder às questões 6 e 7.



Disponível em: <http://rapaduracult.blogspot.com.br/2013/03/anesia-e-o-ovo-da-pascoa.html>. Acesso em 25 fev. 2018

6. Sobre os aspectos sintáticos da tira, observa-se que, no 4º quadrinho, para adequá-lo à norma, faz-se necessário operar uma adequação relacionada à

- regência nominal.
- regência verbal.
- concordância verbal.
- concordância nominal.
- colocação pronominal.

7. O uso da vírgula, no 1º balão, justifica-se pela presença de um

- sujeito.
- vocativo.
- adjunto adverbial.
- objeto direto.
- predicativo do sujeito.

Observe o texto para responder a questão 8.



Disponível em: <http://www.perfilnews.com.br/estado/lei-estadual-proibe-bebidas-alcoolicas-a-menores>. Acesso em: 25 fev. 2018

08. No texto principal da placa, o desvio de concordância se deve

- à flexão do substantivo “venda”.
- à ausência de artigo antes do núcleo do sujeito.
- ao adjetivo predicativo “proibido”, o qual deveria ser “proibida”.
- ao complemento nominal “de bebidas alcoólicas”.
- à presença do verbo de ligação “é”, que obriga a existência de um predicativo.

09. Em relação ao orçamento público, é correto afirmar que:

- a Lei Orçamentária Anual poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais especiais e a contratação de operações de crédito.
- a Lei Orçamentária Anual é uma lei de iniciativa, em conjunto, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

- c) o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual é, constitucionalmente, proibido.
- d) os sistemas de acompanhamento e medição do trabalho, assim como dos resultados, são inexistentes no orçamento programa.
- e) a Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha qualquer parcela do capital social com direito a voto.

10. Os princípios orçamentários asseguram o cumprimento dos fins a que se propõe o orçamento. Sobre os princípios orçamentários, assinale a afirmativa correta:

- a) De acordo com o princípio da universalidade, todas as receitas e despesas devem estar contidas em uma só lei orçamentária.
- b) De acordo com o princípio da unidade, o orçamento deve compreender todas as receitas e os gastos necessários para a manutenção do serviço público.
- c) De acordo com o princípio da especificação, a lei não poderá conter dispositivo estranho à fixação das despesas e à previsão das receitas.
- d) De acordo com o princípio da anualidade, o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um determinado período de tempo, geralmente um ano.
- e) De acordo com o princípio da clareza, o orçamento, como instrumento de controle prévio, deve chegar ao conhecimento dos representantes do povo e da comunidade.

11. Sobre as normas gerais do Direito Financeiro, é correto afirmar:

- a) Ao julgar irregulares as contas do chefe do Poder Executivo, o TCU, no exercício de suas competências, deverá ajuizar as ações civis e penais cabíveis.
- b) Segundo a classificação estabelecida na Lei nº 4.320/64, a receita pública proveniente de amortização de empréstimos corresponde à receita de capital e a despesa realizada para aquisição de imóveis já em utilização classifica-se como inversões financeiras.
- c) A Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a prática da renúncia de receitas para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- d) De acordo com a Lei nº 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro as receitas previstas e as despesas fixadas.
- e) A Lei de Responsabilidade Fiscal, que é a lei complementar sobre finanças públicas, acrescentou novas normas ao planejamento estatal estabelecido pela Constituição Federal, revogando por completo a Lei nº 4.320/64.

12. Segundo a Lei Orgânica e o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, é correto afirmar sobre a composição da Corte:

- a) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí serão nomeados dentre brasileiros com mais de trinta e sete anos que, obrigatoriamente, tenham formação superior em Direito ou Contabilidade.
- b) O Tribunal de Contas do Estado do Piauí será integrado por três Conselheiros de livre escolha pelo Governador do Estado.
- c) Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí gozam das garantias vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios.
- d) A Corte de Contas é composta por sete Conselheiros, sendo escolhidos, alternadamente, entre Auditores e Membros do Ministério Público de Contas, indicados em lista tríplice elaborada pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
- e) Quatro Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí serão escolhidos entre os deputados que compõem a Assembléia Legislativa.

13. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e de suas entidades, exercida pelo Congresso Nacional e por parte de cada Poder NÃO abrange aspectos de:

- a) economicidade.
- b) aplicação de subvenções.
- c) legitimidade.
- d) instituição de tributos.
- e) renúncia de receitas.

14. Em relação ao Plano Plurianual (PPA), à Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), previstos para cada esfera de Governo pela Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- a) o projeto de lei das diretrizes orçamentárias será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- b) as emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- c) integrará o projeto da lei orçamentária anual um Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- d) o projeto de lei do Plano Plurianual deve vigor no mesmo prazo do mandato do Chefe do Poder Executivo, devendo ser encaminhado até fevereiro do primeiro ano do respectivo mandato, com prazo final de aprovação até o mês de abril do mesmo ano.
- e) o projeto de lei orçamentária anual poderá consignar dotação para investimento com execução superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual, desde que sua relevância ou interesse sejam demonstrados pelo chefe do Poder Executivo, com a indicação das receitas que o financiarão.

15. Sobre o Windows Explorer marque a verdadeira.

- a) É o Sistema Operacional mais utilizado do mundo, visto que o Linux que é seu concorrente geralmente não têm as mesmas facilidades de uso e não suporta jogos.
- b) Em uma pasta com muitos arquivos desejar-se identificar facilmente os arquivos que foram criados mais recentemente, para isto basta usar Modo de Exibição “Detalhes” e clicar sobre a coluna “Recentes”
- c) Tem o conceito de Bibliotecas na organização dos arquivos. Por padrão tem-se 4 bibliotecas: Documentos, Vídeo, Imagens e Músicas, e ainda a opção para adicionar novas bibliotecas.
- d) Para ter acesso mais rápido a uma pasta específica pode-se criar um Atalho. Para isso, clica-se com botão direito do mouse sobre a pasta depois em Propriedades > aba Localização > Opção “Enviar para área de trabalho (criar arquivo)”
- e) O Windows Explorer pode ser desativado por meio do painel de controle, basta que seja instalado o Google Drive no Windows para este fique com o controle dos arquivos do Sistema.

16. No MS Excel, os dados, numéricos ou textuais, são organizados em células. Quando o valor da coluna for maior que a área disponível podemos juntar duas ou mais células tornando-as como se fosse apenas uma. Como se chama essa operação:

- a) Unir
- b) Formatar

- c) Split
- d) Compactar
- e) Mesclar

17. Documentos acadêmico ou oficiais geralmente têm uma formatação de página a ser obedecida. Sobre formação de páginas e documentos no MS Word marque a alternativa incorreta:

- a) Para ajustar as distâncias das margens do documento pode-se clicar (duplo) sobre a régua, na tela que surge escolher a aba Margens e ajustar os valores individualmente.
- b) Dados tabulares quando inseridos em documento do Word podem ocupar muito espaço horizontal. Neste caso é melhor mudar a orientação da página de Paisagem para Retrato, na guia(aba) Layout da Página, obtendo assim uma página com mais espaço horizontal para incluir uma tabela com várias colunas
- c) Documentos Oficiais têm, geralmente, em todas as páginas um parte superior com brasão e nomes das instituições, e na parte inferior do costuma também ter uma informação ser repetida em todas as páginas, os recursos do Word que auxiliam nesta tarefa estão disponíveis na guia(aba) Inserir.
- d) Em um documento de 100 páginas, na tela de Impressão pode-se optar por imprimir apenas as páginas ímpares ou só as pares. Ainda é possível especificar de um única vez a impressão, por exemplo, das páginas de 1 a 25, a página 53 e ainda as páginas 98 a 100.
- e) Ao concluir um documento ou a qualquer momento pode-se fazer varreduras em busca de erros. Essa opção encontra-se na guia(aba) Revisão.

18. Maria acaba de instalar um software construído para geração de etiquetas no Windows 7. Para que o relatório com as 3 colunas de etiquetas fiquem corretamente exibidas no monitor o manual recomenda usar resolução de vídeo de 800 x 600. Marque a alternativa correta sobre resolução de vídeo no Windows 7.

- a) Para se alterar a resolução de vídeo deve-se acessar o Painel de Controle a partir do menu iniciar, depois marcar Exibir por Categoria, depois basta selecionar “Ajustar a resolução da tela na categoria “Hardware e Vídeo”.
- b) No Windows 7 não é possível ajustar a resolução de vídeo pelo sistema, visto que essa é uma propriedade do equipamento (monitor), portanto deve-se ajustá-la por meio dos botões no próprio monitor.
- c) Na área de trabalho por meio do menu contexto acessa-se diretamente a opção Resolução de Tela, que leva a uma janela onde o usuário pode selecionar sua opção dentre diversas opções de resolução de vídeo.
- d) Resolução de vídeo é feita automaticamente pelo Windows 7 de acordo com as especificações do arquivo “README” que todo programa Windows contém.
- e) Se o computador tiver uma placa de vídeo dedicada (não-integrada), as configurações de vídeo são feita exclusivamente por meio do programa da placa de vídeo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

19. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP (7ª Edição), são receitas orçamentárias

- a) Superávit Financeiro – a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro do exercício anterior, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas.
- b) Cancelamento de Despesas Inscritas em Restos a Pagar.
- c) Disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição
- d) Recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário.

e)Todas as alternativas estão corretas.

20. Sobre os instrumentos de planejamento orçamentário previstos na legislação brasileira em vigor, é incorreto afirmar:

- a)Os orçamentos fiscal e da seguridade social, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.
- b)A lei orçamentária anual conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- c)O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- d)A lei de diretrizes orçamentárias disporá também sobre equilíbrio entre receitas e despesas e sobre os critérios e forma de limitação de empenho, bem como normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- e)A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão.

21. Sobre a contabilização de provisões, ativos e passivos contingentes é correto afirmar que:

- a)Um ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não completamente sob o controle da entidade.
- b)Provisão é um passivo de prazo ou valor incerto.
- c)Passivo contingente é uma obrigação presente que decorre de eventos passados, mas não é reconhecida porque é improvável que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para liquidar a obrigação ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.
- d)Todas são verdadeiras.
- e)Todas são falsas.

22. São exemplos de variações patrimoniais qualitativas as decorrentes de:

- a)Aquisição de bem móvel a prazo
- b)Consumo de almoxarifado
- c)Depreciação de bens
- d)Lançamento de créditos a receber
- e)Cancelamento de obrigações

23. Em relação aos Restos a Pagar, marque a alternativa incorreta:

- a) No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar.
- b)Serão inscritas em restos a pagar processados as despesas liquidadas e não pagas no exercício financeiro, ou seja, aquelas em que o serviço, a obra ou o material contratado não tenha sido prestado ou entregue e aceito pelo contratante, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964.
- c)A Lei de Responsabilidade Fiscal veda contrair obrigação no último ano do mandato do governante sem que exista a respectiva cobertura financeira.
- d)As despesas empenhadas e ainda não liquidadas, para efeito do adequado tratamento contábil, são divididas entre “a liquidar” e “em liquidação”.

e) Ocorrido o fato gerador da obrigação antes do término do exercício em curso, sem que se tenha procedido o estágio da liquidação, deve-se reconhecer o impacto patrimonial da despesa. Nesse sentido, as despesas deverão ser registradas ao fim do exercício como RP não processados “em liquidação”.

24. Sobre as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, é incorreto afirmar:

- a) A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, identificando as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis. Esta demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.
- b) As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas seguintes demonstrações: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).
- c) Os ativos e passivos são conceituados e segregados em Financeiros e Não Financeiros.
- d) O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.
- e) O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público.

25. É conta pertencente ao Passivo Exigível:

- a) Adiantamentos a Fornecedores
- b) Clientes
- c) Empréstimos a Acionistas
- d) Reserva Estatutária
- e) Adiantamentos de Clientes

26. No Balanço Patrimonial da Cia. Brasil S/A constavam as seguintes contas com os seus respectivos saldos:

Fornecedores	30.000,00
Clientes	50.000,00
Impostos a Recuperar	4.000,00
Imóveis	60.000,00
Capital Social	90.000,00
IRRF a pagar	6.000,00
Dividendos a pagar	10.000,00
Caixa e Equivalente de Caixa	8.000,00
Reserva de Lucros	5.000,00
Ações em Tesouraria	5.000,00
Salários a Pagar	7.000,00
Estoques de mercadorias	26.000,00
Ajustes da Avaliação Patrimonial	?

Tendo como base apenas os dados acima, qual o saldo da conta Ajustes da Avaliação Patrimonial:

- a) R\$ 3.000,00 negativo
- b) R\$3.000,00 positivo
- c) R\$5.000,00 negativo
- d) R\$ 5.000,00 positivo
- e) R\$ 0,00

27. Ao fim do exercício encerrado em 31/12/2017, apuraram-se os seguintes fatos:

Receitas de serviços prestados durante o exercício	60.000,00
Despesas Pagas Antecipadamente	20.000,00
Despesas incorridas e pagas durante o exercício	43.000,00
Apropriação da folha de pagamento de dezembro/2017 a ser paga em janeiro/2018	9.000,00
Receitas recebidas antecipadamente	30.000,00
Receitas de serviços prestados a receber no exercício seguinte	42.000,00

Considerando a adoção do Regime de Competência e com base nas informações acima, o valor do Lucro do exercício, foi de:

- a) R\$30.000,00
- b) R\$50.000,00
- c) R\$60.000,00
- d) R\$39.000,00
- e) R\$10.000,00

28. Com relação ao conceito de Fato Misto Diminutivo, assinale a alternativa correta:

- a) Permuta e diminui o PL, com diminuição do ativo ou aumento do Passivo Exigível.
- b) Altera a qualidade do patrimônio e não afeta o PL.
- c) Diminui o Ativo ou aumenta o Passivo Exigível e diminui o PL em igual valor.
- d) Permuta e aumenta o PL, com aumento do ativo ou diminuição do Passivo exigível.
- e) Não altera o Patrimônio nem qualitativa, nem quantitativamente.

29. Analisando a Demonstração dos Fluxos de Caixa de uma sociedade empresária no exercício de 2015, constatou-se que há uma variação positiva no saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 18.000,00.

Sabendo-se que o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 28.000,00 e o caixa consumido pelas atividades de investimento foi de R\$ 25.000,00, as atividades de financiamento:

- a) geraram um caixa de R\$ 15.000,00.
- b) geraram um caixa de R\$ 21.0000,00.
- c) consumiram um caixa de R\$ 15.000,00.
- d) consumiram um caixa de R\$ 21.000,00.
- e) consumiram um caixa de R\$35.000,00.

30. É função Econômica da Ciência Contábil:

- a) Controlar o patrimônio
- b) Evitar erros e fraudes
- c) Apurar o lucro ou prejuízo
- d) Efetuar os registros dos fatos contábeis
- e) Verificar a autenticidade dos fatos contábeis registrados